COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO — OBRIGAÇÃO DE COMPARECER
— DIREITO AO SILÊNCIO

— *Impõe-se ao paciente a obrigação de comparecer perante a Comissão Parlamentar de Inquérito e responder às perguntas, ressalvadas aquelas cuja resposta possa acarretar-lhe grave dano.*

— *O direito ao silêncio constitui prerrogativa individual que não pode ser desconsiderada por qualquer dos Poderes da República.*

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Habeas Corpus nº 79.812

Paciente: José Corissa Neto

Coator: Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI do Narcotráfico)

Relator: Sr. Ministro CELSO DE MELLO

EMENTA: COMISSÃO PARLAMENTAR INQUÉRITO. PRIVILÉGIO CONTRA A AUTO-INCRIMINAÇÃO. *DIREITO QUE ASSISTE A QUALQUER INDICIADO OU TESTEMUNHA. IMPOSSIBILIDADE DE O PODER PÚBLICO IMPOR MEDIDAS RESTRITIVAS A QUEM EXERCE, REGU-*

LARMENTE, ESSA PRERROGATIVA. MEDIDA LIMINAR CONCEDIDA.

— O privilégio contra a auto-incriminação — que é *plenamente* invocável perante as Comissões Parlamentares de Inquérito — *traduz* direito público subjetivo *assegurado* a qualquer pessoa que deva prestar depoimento

perante órgãos do Poder Legislativo, do Poder Executivo ou do Poder Judiciário.

— O exercício do direito de permanecer em silêncio *não autoriza* os órgãos estatais a dispensarem qualquer tratamento que implique restrição à esfera jurídica daquele que regularmente invocou essa prerrogativa fundamental. *Precedentes*.

— *Ninguém pode ser tratado como culpado*, independentemente da natureza do ilícito penal que lhe possa ser atribuído, sem que exista decisão judicial condenatória *transitada em julgado*.

O princípio constitucional da não-culpabilidade consagra, em nosso sistema jurídico, um *regra de tratamento* que *impede* o Poder Público de agir e de se comportar, em relação ao suspeito, ao indiciado, ao denunciado ou ao réu, como se estes já houvessem sido condenados definitivamente por sentença do Poder Judiciário. *Precedentes*.

DECISÃO: A *jurisprudência* do Supremo Tribunal Federal firmou orientação no sentido de que, *não* ocorrendo situação de dano atual ou de risco potencial à liberdade de locomoção física do paciente, *não* se revela admissível a utilização do remédio constitucional do *habeas corpus* (RTJ 135/593, Rel. Min. SYDNEY SANCHES — RTJ 136/1226, Rel. Min. MOREIRA ALVES — RTJ 142/896, Rel. Min. OCTÁVIO GALLOTTI — RTJ 152/140, Rel. Min. CELSO DE MELLO — RTJ 161/856, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

Não se pode perder de perspectiva, neste ponto, que, com a *Reforma Constitucional de 1926* — que importou na cessação da doutrina brasileira do *habeas corpus* —, este writ passou a amparar, “*única e diretamente, a liberdade de locomoção. Ele se destina à estreita tutela da imediata liberdade física de ir e vir dos indivíduos...*” (RT 423/327 — RT 338/99 — RF 213/390 — RF 222/336 — RF 230/280).

Na realidade, a ação de *habeas corpus* — desde que *inexistente* qualquer situação de dano efetivo ou de risco potencial ao *jus manendi, ambulandi, eundi ultro citroque* — não se revela cabível (RTJ 66/396, Rel. Min. RO-

DRIGUES ALCKMIN — HC 69.854-DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Assentadas tais premissas, *passo* a apreciar o pedido de medida liminar em função da *única* perspectiva, que, no caso presente, *pode* legitimar o conhecimento desta ação de *habeas corpus*.

O ora paciente, que é investigador de Polícia, em Campinas/SP, foi *convocado* a depor, “*na condição de testemunha*” (fls. 21), perante a CPI/Narcotráfico, no próximo dia 1^a de dezembro.

Impõe-se, ao ora paciente, a *obrigação* de comparecer perante a CPI/Narcotráfico, *incumbindo-lhe*, ainda, o *dever* de responder às perguntas que lhe foram feitas, *ressalvadas* aquelas cujas resposta *possa* acarretar-lhe “*grave dano*” (CPC, art. 406, I, c/c o CPP, art. 3^o, c/c a Lei nº 1.579/52, art. 6^o).

Sabe-se que, embora comparecendo, *assiste* ao ora paciente o *direito* de se manter em silêncio, *sem* se expor — em virtude do exercício *legítimo* dessa faculdade — a *qualquer* restrição em sua esfera jurídica, *desde* que as suas respostas, às indagações que lhe venham a ser feitas pelos membros da CPI/Narcotráfico, possam acarrear-lhe grave dano (*nemo tenetur se detegere*).

É que indiciado ou testemunhas *dispõem*, em nossa ordenamento jurídico, da *prerrogativa* contra a auto-incriminação, consoante tem proclamado a *jurisprudência constitucional* do Supremo Tribunal Federal (RDA 196/197, Rel. Min. CELSO DE MELLO — HC 78.814-PR, Rel. Min. CELSO DE MELLO — HC 79.244-DF, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, v.g.).

Cabe enfatizar que o *privilegio* contra a auto-incriminação — que é *plenamente invocável* perante as Comissões Parlamentares de Inquérito (NELSON DE SOUZA SAMPAIO, “*Do Inquérito Parlamentar*”, p. 47/48 e 58/59, 1964, Fundação Getúlio Vargas; JOSÉ LUIZ MÔNACO DA SILVA, “*Comissões Parlamentares de Inquérito*”, p. 65 e 73, 1999, Ícone Editora; PINTO FERREIRA, “*Comentários à Constituição Brasileira*”, vol. 3, p. 126-127, 1992, Saraiva, v.g.) — traduz direito público subjetivo, de estatura constitucional, assegurado a *qualquer* pessoa pelo

art. 5º, inciso LXIII, da nossa Carta Política. *Convém enfatizar, neste ponto, que, “Embora aludindo ao preso, a interpretação da regra constitucional deve ser no sentido de que a garantia abrange toda e qualquer pessoa, pois, diante da presunção de inocência, que também constitui garantia fundamental do cidadão (...), a prova da culpabilidade inumbra exclusivamente à acusação”* (ANTÔNIO MAGALHÃES GOMES FILHO, “Direito à Prova no Processo Penal”, p. 113, item nº 7, 1997, RT — grifei).

É por essa razão que o Plenário do Supremo Tribunal Federal reconheceu esse direito também em favor de quem presta depoimento na condição de testemunha, advertindo, então, que “*Não configura o crime de falso testemunho, quando a pessoa, depondo como testemunha, ainda que compromissada, deixa de revelar fatos que possam incriminá-la*” (RTJ 163/626, Rel. Min. CARLOS VELLOSO — grifei).

Com o explícito reconhecimento dessa prerrogativa, *constitucionalizou-se*, em nosso sistema jurídico, uma das mais expressivas consequências derivadas da cláusula do *due process of law*.

Qualquer pessoa que sofra investigações penais, policiais ou *parlamentares*, ostentando, ou não, a condição formal de indiciado, *possui*, dentre as várias prerrogativas que lhe são constitucionalmente asseguradas, o *direito de permanecer em silêncio*, consoante reconhece a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (RTJ 141/512, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Esse direito, na realidade, é *plenamente* oponível ao Estado, a *qualquer* de seus Poderes e aos seus respectivos agentes. Atua, nesse sentido, como poderoso fator de limitação das próprias atividade de investigação e de persecução desenvolvidas pelo Poder Público (Polícia Judiciária, Ministério Público, Juízes, Tribunais e Comissões Parlamentares de Inquérito, p. ex.).

Cabe registrar que a cláusula legitimadora do *direito ao silêncio*, ao explicitar, *agora em sede constitucional*, o postulado segundo o qual *Nemo tenetur se detegere*, nada mais fez senão consagrar, desta vez no âmbito do sis-

tema normativo instaurado pela Carta da República de 1988, diretriz fundamental proclamada, desde 1791, pela Quinta Emenda que compõe o *Bill of Rights* norte-americano.

Na realidade, *ninguém* pode ser *constrangido* a confessar a prática de um ilícito penal. Trata-se de *prerrogativa*, que, no *autorizado* magistério de ANTÔNIO MAGALHÃES GOMES FILHO (“Direito à Prova no Processo Penal”, p. 111, item n. 7, 1997, RT), “*constitui uma decorrência natural do próprio modelo processual paritário, no qual seria inconcebível que uma das partes pudesse compelir o adversário a apresentar provas decisivas em seu próprio prejuízo...*”.

O *direito* de o indiciado/acusado (ou testemunha) permanecer em silêncio — consoante proclamou a Suprema Corte dos Estados Unidos da América, em *Escobedo v. Illinois* (1964) e, *de maneira mais incisiva*, em *Miranda v. Arizona* (1966) — insere-se no alcance concreto da cláusula constitucional do devido processo legal. E esse direito ao silêncio inclui, até mesmo por implicitude, a prerrogativa processual de o depoente negar, ainda que falsamente, perante a autoridade policial, judiciária ou legislativa, a prática de qualquer infração penal.

É por essa razão que o *Pleno* do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o HC nº 68.742-DF, Rel. p/o acórdão min. ILMAR GALVÃO (DJU de (02/04/93), *proclamou* que o réu, ainda que negando *falsamente* a prática do delito, *não pode*, em virtude do princípio constitucional que protege *qualquer* acusado ou indiciado contra a auto-incriminação, sofrer, em função do legítimo exercício desse direito, restrições que afetem o seu *status poe-nalis*.

Esta Suprema Corte, *fiel* aos postulados constitucionais que expressivamente delimitam o círculo de atuação das instituições estatais, em sede de repressão criminal, enfatizou que *qualquer* indivíduo submetido a procedimentos investigatórios ou a processos judiciais de natureza penal “*tem, dentre as várias prerrogativas que lhe são constitucionalmente asseguradas, o direito de permanecer calado. Nemo tenetur se detegere. Ninguém pode ser constrangido a confessar a prática*

de um ilícito :penal” (RTJ 141/512, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Em suma: o direito ao silêncio constitui prerrogativa individual que não pode ser desconsiderada por qualquer dos Poderes da República.

Cabe enfatizar, por necessário — e como natural decorrência dessa insuprimível prerrogativa constitucional — que nenhuma conclusão desfavorável ou qualquer restrição de ordem jurídica à situação individual da pessoa que invoca essa cláusula de tutela pode ser extraída de sua válida e legítima opção pelo silêncio. Daí a grave — e corretíssima — advertência de ROGÉRIO LAURIA TUCCI (“Direitos e Garantias Individuais do Processo Penal Brasileiro”, p. 396, 1993, Saraiva), para quem o direito de permanecer calado “*não pode importar desfavorecimento do imputado, até mesmo porque consistiria inominado absurdo entender-se que o exercício de um direito, expresso na Lei das Leis como fundamental do indivíduo, possa acarretar-lhe qualquer desvantagem*”.

Esse mesmo entendimento é perfilhado por ANTÔNIO MAGALHÃES GOMES FILHO (“Direito à Prova no Processo Penal”, p. 113, item nº 7, nota de rodapé nº 67, 1997, RT), que repele, por incompatíveis como o novo sistema constitucional, quaisquer disposições legais que autorizem inferir, do exercício do direito ao silêncio, inaceitáveis consequências prejudiciais à defesa e aos interesses do réu ou do indiciado, como a *inadvertência a que alude o art. 186 do CPP*.

No sistema jurídico brasileiro, não existe qualquer possibilidade de o Poder Público (uma Comissão Parlamentar de Inquérito, *p. ex.*), por simples presunção ou com fundamento em meras suspeitas, reconhecer, sem prévia decisão judicial condenatória irreversível, a culpa de alguém.

Na realidade, os princípios democráticos que informam o modelo constitucional consagrado na Carta Política de 1988 repelem qualquer comportamento estatal que transgrida o dogma de que não haverá culpa penal por presunção e nem responsabilidade criminal por mera suspeita (RT 690/390 — RT 698/452-454).

É por essa razão que “*Não podem repercutir contra o réu situações jurídico-processuais ainda não definidas por decisão irreversível do Poder Judiciário, especialmente naquelas hipóteses de inexistência de título penal condenatório definitivamente constituído*” (RTJ 139/885, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Cabe ter presente, bem por isso, o próprio magistério jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, que, ao dar sentido e consequência ao postulado da não-culpabilidade, deixou assentadas, nesse tema, diretrizes que se revestem de um inequívoco significado político-jurídico concernente à *preservação* do regime constitucional das liberdades públicas, em nosso ordenamento positivo.

Com efeito, esta Suprema Corte já se pronunciou sobre a questão do necessário respeito estatal aos direitos de qualquer pessoa contra quem é instaurado procedimento de caráter investigatório (cuida-se de investigação policial ou trate-se de inquérito parlamentar), firmando entendimento que não permite reconhecer, fora das hipóteses previstas na Constituição, a validade de medidas que possam gerar restrições jurídicas à esfera de autonomia individual do indiciado, ou, excepcionalmente, da própria testemunha.

Nesse sentido, cabe ter presente decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na qual esta Corte deixou assentada diretriz da mais alta significação na exegese do princípio constitucional de que ninguém pode ser considerado culpado antes que sobrevenha sentença penal condenatória irreversível:

“*Nenhuma acusação penal se presume provada. Não compete ao réu demonstrar a sua inocência. Cabe ao Ministério Público comprovar, de forma inequívoca, a culpabilidade do acusado. Já não mais prevalece, em nosso sistema de direito positivo, a regra, que, em dado momento histórico do processo político brasileiro (Estado Novo), criou, para o réu, com a falta de pudor que caracteriza os regimes autoritários, a obrigação de o acusado provar a sua própria inocência (Decreto-Lei nº 88, de 20/12/37, art. 20, n. 5).*”

(RTJ 161/264-266, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

A natureza essencialmente democrática do regime político sob o qual vivemos confere sentido de permanente atualidade à lapidar decisão proferida pelo E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que, em acórdão da lavra do saudoso Des. VICENTE DE AZEVEDO, proclamou, sob a égide da Constituição de 1946, que, “*Por exclusão, suspeita ou presunção, ninguém pode ser condenado em nosso sistema jurídico-penal*” (RT 165/596), e nem privado ou infetado em seus direitos, quando estes encontram pleno fundamento no ordenamento positivo.

Não constitui demasia enfatizar, neste ponto, que o princípio constitucional da não-culpabilidade, além de incidir, precipuamente, no domínio da prova (impondo, ao órgão estatal, o ônus de provar a culpa daquele a quem se atribuiu a prática de um crime), também consagra, em nosso sistema jurídico, uma regra de tratamento que impede o Poder Público de agir e de se comportar, em relação ao suspeito, ao indiciado, ao denunciado e ao réu, como se estes já houvessem sido condenados definitivamente por sentença do Poder Judiciário.

Sendo assim, tendo presentes as razões expostas, defiro, em parte, o pedido de medida

liminar, com o específico objetivo de assegurar, ao ora paciente, caso invoque, em seu benefício, em depoimento perante a CPI/Narcotráfico, o privilégio contra a auto-incriminação, o direito de recusar-se a responder a perguntas cujo esclarecimento possa acarretar-lhe grave dano jurídico.

A presente medida liminar — que não exonera o paciente do dever de comparecer perante a CPI/Narcotráfico (eis que regular o ato de sua convocação) — destina-se a impedir que José Corissa Neto, caso se recuse a responder a determinadas perguntas, com fundamento no privilégio contra a auto-incriminação, venha a sofrer, em função do regular exercício dessa liberdade político-jurídica (que lhe garante, em situações específicas, o direito de permanecer calado), qualquer constrangimento em eu *status libertatis*.

Transmita-se, com urgência, à Presidência da CPI/Narcotráfico, o teor da presente decisão.

2. Requisitem-se informações ao órgão ora apontado como coator.

Publique-se

Brasília, 29 de novembro de 1999.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator